

O TRABALHO COMO FACILITADOR DO PROTAGONISMO JUVENIL: UM AGENTE REDUTOR DE DANOS E PROMOTOR DE SAÚDE

Autora: Melina Sousa Gomes – Universidade Federal do Ceará

(melinasousagomes@gmail.com)

Co-autores: Dímitre Sampaio Moita – Universidade Federal do Ceará

Guto Mariano Correia – Universidade Federal do Ceará

Verônica Siqueira Araújo – Universidade Federal do Ceará

Orientadora: Maria de Fátima Sena e Silva

INTRODUÇÃO

O projeto Kara a Kara é uma parceria da Universidade Federal do Ceará com a Prefeitura Municipal de Fortaleza, facilitado através da Secretaria Municipal de Educação. É um iniciativa do Núcleo de Psicologia do Trabalho – NUTRA – e do Núcleo de Estudos Sobre Drogas – NUCESD, ambos vinculados ao Departamento de Psicologia.

O Projeto Kara a Kara surge em 2007, fruto da fusão de outros dois projetos: o *Movimento A de Saúde e Cidadania* e o *Programa de Redução de Danos (PRD)*, sendo o primeiro desenvolvido pelo Nutra e o segundo pelo Nuced, também em parceria.

O Movimento A atuava em escolas, com adolescentes, discutindo sexualidade e trabalho. Já o PRD atuava em comunidades com usuários e ex-usuários de substâncias psicoativas. Em ambos os projetos foi notado, por parte da equipe, a dificuldade de se trabalhar os temas de forma isolada, sem um contexto. Por exemplo: ao se discutir a questão do uso de drogas, eram recorrentes as pautas referentes ao trabalho e emprego; da mesma forma, ao se discutir a temática trabalho, sempre surgiam questões relacionadas à vida pessoal dos sujeitos, incluindo relações familiares e amorosas, envolvimento com drogas etc.

Assim, os projetos de fundem no Projeto Kara a Kara, que passa a abordar simultaneamente: identidade, drogas, sexualidade e trabalho. Através da parceria com a Prefeitura, o Projeto passa a atuar em escolas da rede municipal junto a um público alvo com média de idade entre 12 e 15 anos, majoritariamente.

A metodologia utilizada é o método psicossocial de abordagem, que permite, em linhas gerais, que os adolescentes exponham suas opiniões, dúvidas e sentimentos e encontrem nestes formas de enfrentamento à realidade em que vivem, tendo um espaço seguro de compartilhamento de informações e construção de saberes.

Neste trabalho, especificamente, pretendemos esclarecer o motivo da inserção da temática *trabalho* dentro de um Programa de Educação Sobre Drogas, justificando sua inserção no Núcleo de Psicologia do Trabalho. Focaremos sobretudo nas funções de agente redutor de danos e promotor de saúde que o trabalho desempenha em nossa sociedade.

1. Breves considerações sobre o Trabalho

Não há, atualmente, um consenso em relação à definição do termo *trabalho* dentro da ciência psicológica. Partindo, porém, do pressuposto de que o trabalho é uma categoria antropológica, podemos inserir algumas considerações relevantes para nossas reflexões (AQUINO, 2003).

Dizer que o trabalho é uma categoria antropológica significa afirmar seu papel enquanto atividade fundadora da subjetividade humana. É a partir da atividade que o homem se reconhece enquanto ser humano, sujeito ativo dentro de seu próprio meio e mediador de suas relações com a natureza.

Já afirmar que o trabalho é uma categoria histórica significa, em linhas gerais, colocá-lo à mercê de um contexto amplo, a saber sua época, as relações sociais a ela pertencentes, o modo como este trabalho é encarado e como se dão as vicissitudes em determinados segmentos da sociedade.

Tais visões não são excludentes, e sim complementares. A maneira como se dá a subjetivação através da atividade laboral desenvolvida é, por certo, necessariamente contextualizada e está intimamente relacionada com a época vigente.

Em primeiro lugar, deve ser claro que adotaremos um conceito amplo de trabalho, como nos traz João Freire (1997): “Propomos então, pela nossa parte, considerar, antes de mais, o trabalho como actividade eminentemente social e, como tal, sociologicamente analisável” (pág. 68).

Isto não significa, porém, a exclusão de formas de trabalho mínimas, aquelas que, mesmo aparentemente isoladas de um contexto laboral explícito ou formal, devem ainda ser consideradas enquanto trabalho. Nas oficinas do Projeto Kara a Kara tal caráter era continuamente posto em evidência, já que dentre os objetivos intentados estava a facilitação da percepção de como ações individuais implicam em mudanças coletivas.

Historicamente, a concepção do Trabalho é marcada por transformações geralmente antagonicas. Antunes (2006) em sua obra *O caracol e sua concha: Ensaio sobre a nova morfologia do trabalho* nos esclarece que

Desde o mundo antigo e sua filosofia, o trabalho vem sendo compreendido como expressão de vida e degradação, criação e infelicidade, atividade vital e escravidão, felicidade social e servidão. *Érgon e pónos*, trabalho e fadiga. Momento de catarse e vivência de martírio. Ora cultiva-se seu lado positivo, ora acentuava-se o traço de negatividade. (pág.11)

A partir da experiência com adolescentes que convivem, em sua maioria, de forma indireta com uma realidade laboral precarizada, é fácil perceber sentimentos ambivalentes com relação ao trabalho, sendo este ora o propulsor de toda dignidade humana e ora sendo o maior meio de exploração de uma classe desfavorecida socialmente.

Dentre tais transformações, Sena e Silva (2004) destaca alguns momentos específicos e relevantes para uma compreensão do mundo laboral na

contemporaneidade. Em linhas gerais, podemos citar as revoluções industriais e políticas como pontos fundamentais para a passagem do modo de produção feudal ao sistema capitalista.

Assim, aparece a modalidade de trabalho doméstico, seguido das manufaturas com pequenas divisões de trabalho – divisões estas que vão aumentando e atingem um alto grau com o surgimento da produção fabril a partir do aparecimento das máquinas. Sena e Silva nos traz que:

Esse novo sistema rompeu com a unidade de trabalho entre o trabalhador e suas ferramentas, que até então se mantinha na manufatura, liberando o processo produtivo do ritmo e do tempo dos trabalhadores, ou seja, de suas limitações e/ou características físicas e psicológicas (pág.95).

É a partir deste momento histórico que o capitalismo encontra espaço para seu desenvolvimento pleno. O universo laboral, porém, não estagna; ao contrário, as vicissitudes ainda são uma constante, com processos de mudanças complexos que interferem de forma direta nos processos de subjetivação.

Pode se destacar, dentre estas crises, a crise do emprego ou o do aumento do desemprego estrutural, lembrando que esta não é a única. Segundo Luque (2006),

(...) La crisis del trabajo no está motivada únicamente por la falta de empleos, sino que es más bien una crisis de los principios sobre los que se había construido la sociedad salarial. La precarización del empleo, la expansión del trabajo informal, la polarización del empleo, la expansión del trabajo informal, la polarización de la sociedad y la individualización de las relaciones laborales son algunas de las tendencias de cambio que se están haciendo visibles durante El tránsito hacia la sociedad postindustrial (pág.19).

Para Antunes (1998), tais transformações refletem, além de no desemprego estrutural, em processos de precarização laboral, o que inclui o enfraquecimento dos movimentos sindicais e traz, assim, a necessidade de formas alternativas de lidar com tais processos.

Aquino (2005) nos traz uma reflexão dos referidos fenômenos através da Psicologia Social. O autor ressalta, inicialmente, a dimensão dupla e complementar da precariedade: tanto aquela que remete às condições de trabalho específicas a cada realidade organizacional quanto aquela relativa às modificações na forma de organização do trabalho. Para ele,

As transformações advindas da nova organização do capitalismo geraram o que se convencionou chamar 'crise da sociedade do trabalho', uma vez que deram início ao questionamento sobre o sentido e o lugar do trabalho na estrutura social bem como seu impacto na construção subjetiva do trabalhador. É o processo de mudança que constitui o que denominamos precarização (pág.3).

Antunes (1998) aponta alguns processos observados no mundo do trabalho contemporâneo, a saber: a diminuição da classe operária industrial tradicional, processo que vem acompanhado paralelamente de um aumento no trabalho assalariado, através do crescimento do setor de serviços; há também uma maior heterogeneização do

trabalho, além de uma subproletarização intensa e do enfraquecimento do movimento sindical, o que traz novos desafios à sociedade pautada na atividade que desempenha.

Devido às diversas transformações ocorridas no mundo laboral nas últimas décadas de forma cada vez mais veloz e complexa, é importante ressaltar que, ao contrário do que alguns estudiosos afirmam, esta categoria não perdeu seu papel central na vida das pessoas.

Ainda é comum, por exemplo, a identificação de sujeitos através de suas atividades laborais. O modo de apresentação mais comum é a prova disso: ao conhecermos alguém novo, apresentamo-nos com nosso nome e, em seguida, explicitamos nossa atividade. A partir daí trava-se um diálogo e as questões subjacentes são frutos (e não sementes) de nossas atividades.

Luque (2006) aponta três motivos que contribuiriam para o desaparecimento do trabalho tal como ele vem se configurando nas últimas décadas. São eles: a) a crescente falta de necessidade de mão-de-obra humana devido à automação; b) esta automação destruirá gradativamente os empregos industriais e c) este emprego perdido não será absorvido por outros setores. Ainda assim, a autora nos fala acerca da centralidade.

A autora coloca em pauta os valores da sociedade contemporânea, baseada nas relações de consumo. É evidenciado, através do pensamento de Bauman, que

las cosas, incluido el trabajo, se valoran en función de las gratificaciones inmediatas que producen. La sensación del deber cumplido, uno de los ejes de la ética del trabajo, ya no es una condición suficiente para que el trabajo se convierta en una fuente de satisfacción directa (Luque, p.24).

Assim o autor procura explicitar que o trabalho cheio de significação é privilégio de uma minoria, enquanto que a parcela da população que vive do trabalho não encontra neste uma atividade plena de sentido, e sim um meio para suprir necessidades sociais vinculadas ao consumo.

Antunes (1998), em contraponto, evidencia que esta suposta perda da centralidade da atividade laboral é equivocada. Uma sociedade que se sustenta no consumo produz cada vez mais e em maior escala produtos com caráter fetichizado para alimentar seu mercado. O pensar e a execução desta produção tem sua base nos trabalhadores, e são os mecanismos pelos quais se dá essa produção que merecem atenção especial para, a partir disso, podermos discutir de forma aprofundada processos contemporâneos de transformação e medidas de enfrentamento.

O autor expõe formas diferenciadas de se encarar estas transformações, sendo que em nenhuma o trabalho aparece com um valor secundário. Podemos falar, por exemplo, da “diminuição do fator subjetivo do processo de trabalho em relação aos seus fatores objetivos” (pág.75), ou da crescente substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto (pág.76), ou ainda de crises diferenciadas para o trabalho concreto e abstrato (pág.77).

Assim sendo, o trabalho ainda é de suma importância enquanto formador de nossas subjetividades e nosso modo de encarar o cotidiano. Ao se pensar a inserção da categoria dentro de um projeto que lida com adolescentes, a idéia de protagonismo juvenil se faz presente de forma explícita.

2. Vulnerabilidade Social e Protagonismo Juvenil

Na América Latina, a juventude representa um forte foco social devido à falta de perspectivas que assolam a visão de futuro dos jovens, sobretudo daqueles que vivem em situação de risco e vulnerabilidade social. Tais jovens são vítimas potenciais de diversos tipos de violência, especialmente quando se encontram em uma posição que favorece a vulnerabilidade social.

O público-alvo do Projeto Kara a Kara está inserido em tal contexto, daí a importância de se ter uma visão ampla de sua realidade e de se pensar, em conjunto, formas de enfrentamento a esta.

Embora não haja um consenso no que diz respeito à definição do termo “violência”, ele pode ser construído e aplicado de acordo com o contexto social que se põe em pauta. Assim, são necessárias estratégias para se combater as violências, em especial a juvenil – tanto a causada como a sofrida.

Para se combater a situação de vulnerabilidade e a violência, é necessário investir na juventude no sentido de torná-la protagonista, o que constitui um dos principais objetivos do Projeto.

Entendemos como protagonismo juvenil a capacidade que os jovens têm de perceber sua realidade com o intuito de transformá-la, tendo consciência de que seu papel agente é de fundamental importância dentro deste processo de mudança.

O investimento proposto inclui o aumento do acesso dos jovens a bens de consumo público, a saber, a cultura, o lazer, a saúde etc. Tais fatores desenvolvem um papel prioritário, e não secundário, dentro da formação de sujeitos ativos e conscientes de sua realidade.

O investimento em políticas públicas que visem o bem estar social deve extrapolar o acesso a bens que apenas garantam a sobrevivência, considerando também a importância daqueles que garantem a qualidade de vida.

A valorização das atividades desenvolvidas pelos jovens representa uma maneira eficaz de favorecer a ascensão do protagonismo; a partir do reconhecimento de suas habilidades, é possível um maior investimento criativo – tanto por parte do governo quanto por parte dos jovens – que possibilita uma significativa chance de melhoria nas condições de vida que desejam ser alteradas.

O trabalho é, sem dúvida, de suma importância na construção desta consciência crítica que almejamos. Sendo através de uma atividade que o sujeito se reconhece enquanto cidadão, é fácil associar o pensamento voltado à cobrança de direitos fundamentais ao desenvolvimento de alguma atividade labora. Tal associação é realizada naturalmente pelos adolescentes participantes das oficinas, o que significa que podemos dizer que nossos objetivos são minimamente alcançados.

Definir *vulnerabilidade social* requer delicadeza e sensibilidade, uma vez que considerar apenas indicadores sócio-econômicos não estabelece uma visão panorâmica do fato. É necessário atentar para todas as formas de desvantagem social. Elementos materiais, psíquicos, sociais, políticos, simbólicos etc, devem ser levados em conta quando se analisa uma situação de vulnerabilidade.

A vulnerabilidade pode ser entendida, de forma bem simplificada, como a incompatibilidade entre o que é oferecido e o que é almejado, atendendo demandas não-específicas e de importância não tão bem definida e rechaçando questões fundamentais, quicá de maior urgência.

Os atores sociais que compõem o grupo que representa maior vulnerabilidade social são específicos e não aleatórios, sendo compostos pela população que mais sofre as violências. Os jovens que compõem este grupo são facilmente vítimas também de forte exclusão social. São em geral de baixa renda, negros, com baixo nível de instrução e advindos da escola pública.

Estudos e pesquisas de cunho quantitativo e qualitativo são realizados com o intuito de se ter a dimensão real do problema e formas possíveis e eficazes para seu enfrentamento. De tais estudos destacam-se três fatores: o mercado de trabalho não é acolhedor para com os jovens; o sistema educacional é falho/insuficiente; não há uma educação sexual eficaz (este último refere-se diretamente ao segundo)

Durante a realização de oficinas é buscada uma compreensão abrangente de tais fenômenos, de forma que se clarifique que tal realidade foi construída e, portanto, pode ser mudada.

Há ainda por parte dos jovens uma descrença em relação à função do estudo no que se relaciona à possibilidade futura de trabalhar. Os estudos são abandonados precocemente devido à necessidade de uma fonte de renda, não tendo ainda por parte do governo políticas adequadas que sejam capazes de reverter este quadro. Embora as tentativas vigentes atualmente, apesar de não-ideais, caminharem para uma possibilidade de melhora (se alimentarmos um olhar otimista), as mudanças nas relações de trabalho e as exigências para quem pleiteia uma vaga são grandes, e aliados ao abandono do ensino dificultam o acesso ao mercado de trabalho.

Não há também uma educação sexual de qualidade. Os jovens iniciam sua vida sexual cedo e não têm acesso aos meios preventivos de DST's e gravidez, além de contarem com um sistema de saúde precário. Os problemas causados pela desinformação acerca da sexualidade não atinge somente à jovem mãe ou ao jovem portador de HIV, mas altera toda a dinâmica social dos contextos nos quais inserem-se estes jovens, isto sem entrar no mérito das questões de gênero – que constituem mais uma forma de exclusão social.

De tais fatores entendemos que a formação de agentes multiplicadores de saberes é fundamental para o sucesso do Projeto não só nas escolas atendidas, mas também na comunidade em que vivem os adolescentes contemplados nas oficinas.

O acesso ao lazer mostra-se também como um forte aliado no combate à situação de vulnerabilidade, pois projeta-se como uma forma potente de fortalecer vínculos, aumentar a criatividade e fornece subsídios para o protagonismo.

Podemos concluir que a combinação dos fatores supracitados gera a relação entre juventude e violência, relação entremeada pela vulnerabilidade a que estão expostos estes adolescentes.

Não é difícil prever que, dados os fatores, surgem várias formas de contornar essa situação. Aparecem movimentos alternativos como estratégias de combate a essa situação que, por muitas vezes, põem os jovens em uma situação de risco mais urgente.

3. O conceito de saúde e a Redução de Danos

Nossa cultura tem como prática comum considerar a saúde como a ausência de doenças. Embora não haja um consenso do que seja realmente um indivíduo saudável, seja na literatura ou em um discurso do senso comum, é fato que a população e os saberes populares têm muito a contribuir com a medicina tradicional.

Fica claro que a concepção ampliada sobre o conceito de saúde requisita uma forma renovada de estruturação das políticas públicas da saúde, bem como da forma como os profissionais de saúde desenvolvem seu trabalho. A psicologia, portanto, deve apropriar-se desse processo oferecendo suas possíveis contribuições e construindo um espaço em que, de fato, a saúde seja encarada de forma ampliada.

Tal espaço começa a ser construído no decorrer do processo de formação do Psicólogo, sendo aqui marcado pela vinculação das temáticas presentes a um Projeto de Extensão.

A despeito da tradicional atuação da psicologia, pautada na divisão cartesiana corpo-mente, a proposta atual se pretende integrativa e em sintonia com os imperativos de mudanças de paradigmas. Essa mudança, no entanto, parece advir de exigências impostas pela realidade e chegam de forma bastante incipiente às formações acadêmicas atuais.

Dentre as tentativas de vinculação do Universo Acadêmico ao mundo extramuro da Universidade, faz-se necessário uma breve discussão acerca de uma política pública voltada às drogas, que é a redução de danos.

Motivadora de inúmeros debates com os mais diversos pontos de vista, a redução de danos pode ser definida, de acordo com cartilha elaborada para o público do Projeto Kara a Kara, como

estratégias que têm a finalidade de diminuir os efeitos adversos do uso indevido de substâncias psicoativas na saúde individual, na sociedade e na economia, sem pressupor necessariamente a abstinência total e imediata (pág.9).

Por se tratar de um público jovem e que não apresenta necessariamente um envolvimento direto com as drogas, é lógico que dentro do Projeto Kara a Kara a questão da redução de danos é posta em pauta de acordo com demandas específicas, bem como os encaminhamentos aos órgãos públicos convenientes.

É uma questão delicada que ainda requer bastante estudo, mas é inegável sua utilidade na lida com pessoas que apresentam problemas relativos à drogadição. A simples idéia de se tratar o sujeito envolvido com drogas como um cidadão portador dos mesmos direitos daquele que não faz uso de substâncias psicoativas já é um grande passo rumo à quebra de preconceitos e novas formas de enfrentamento.

Vale lembrar que a Redução de Danos não é aplicável somente a situações que envolvam as drogas. Diminuir os riscos de qualquer atividade pode-se configurar como uma redução de danos. Ao vincular por exemplo a categoria trabalho com redução de danos no âmbito do uso de substâncias psicoativas, estamos admitindo que o simples fato de exercer uma atividade já pode ser considerado como um agente redutor de danos.

Problemas com álcool e outras substâncias lícitas ou ilícitas tendem a ser mais elevadas em pessoas que não apresentam uma atividade fixa ou bem estabelecida, no sentido de não haver uma identificação que motive tal atividade como prioridade. Daí a importância de o trabalho ser repleto de significações e propulsor de mudanças almejadas, mudanças estas que por fim completam o ciclo trabalho - protagonismo juvenil – saúde e redução de danos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho aqui desenvolvido intentou, ainda que de forma incipiente, alguns esclarecimentos acerca da categoria Trabalho e suas implicações dentro de um Projeto Extensionista vinculado à Universidade Federal do Ceará.

Tomando como base conceitos amplos de Trabalho, Protagonismo Juvenil e Saúde e Redução de Danos, não desejamos esgotar as reflexões acerca dos temas propostos, e sim suscitar novas questões e possíveis formas de enfrentamento e atuação do profissional de Psicologia junto à população assistida por seus serviços e colaboradora de suas ações.

A possibilidade de compartilhar os saberes construídos no decorrer do Projeto Kara a Kara com a comunidade acadêmica configura-se como uma maneira gratificante de expor nossas constatações, dúvidas e arcabouço teórico.

É de fundamental importância que atividades neste âmbito sejam desenvolvidas com assiduidade e compromisso, posto que o tripé universitário não se sustentaria sem um pensar crítico sobre nossa práxis.

A Extensão Universitária possibilita a disseminação e construção de conhecimentos para além dos muros da Universidade, o que se configura como um forte aliado para a experiência profissional do estudante em formação e, principalmente, o retorno possível à comunidade.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVARY, Mirian. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília: UNESCO, BID, 2002.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. Rio de Janeiro: Cortez Editora, 1998.

AQUINO, Cássio Adriano Braz de. **Reflexões sobre a precarização laboral: uma perspectiva da Psicologia Social**. In: II Jornada Internacional de Política Pública. 2005. São Luís – MA.

_____. **La temporalidad como elemento clave en el estudio de las transformaciones del trabajo**. Número 4, Otoño 2003.

FREIRE, João. **Variações sobre o tema trabalho**. Editora Afrontamento, 1997.

LUQUE, Alicia Garrido. **Sociopsicología del trabajo**. Barcelona: UOC, 2006.

SENA E SILVA, Maria de Fátima de. **Psicologia Social: desdobramentos e aplicações**. São Paulo: Escrituras, 2004.